

ATA Nº 188

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, às oito horas e trinta minutos, na sala de reunião da Secretaria de Assistência Social, na rua João Rodrigues Martins, nº 34, aconteceu reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social. Estiveram presentes os seguintes representantes: Rosa Machado Silveira (CEACA), Pe. José Eduardo Bittencourt (CEACA), Rosilene Costa Antônio (APAE), Milton Fernandes Pereira (Secretaria de Indústria e Comércio), Saray Battistella (Trabalhador do Setor), Giovani Souza de Moraes (Secretaria de Administração e Finanças), Mara Pereira (Secretaria de Assistência Social), Marilene Mendes Vicente (usuária da política de assistência social). Ainda estiveram presentes os seguintes representantes: Gislane Rosa de M. Pacheco (Abrigo dos Velinhos), José Nazareno Corrêa (Vereador), Gaspar Oliveira Antônio (APAE), Sonia Corgoni (Secretaria de Desenvolvimento Rural), Selma Barcelos Corrêa (Secretaria de Administração e Finanças), Elisiane P Kuerten (SAS - CREAS). A presidente Alcimara justificou sua ausência devido a problemas de saúde. A secretária executiva Liana conduziu a reunião referente à discussão do orçamento previsto para o ano de 2016 para as entidades privadas da rede socioassistencial, tendo em vista que as entidades inscritas no CMAS são CEACA, APAE e Abrigo dos Velinhos. Foi conversado entre os conselheiros presentes, representante da Secretaria de Administração os valores significativos na redução das subvenções sociais repassadas as entidades privadas socioassistenciais, uma vez que os conselheiros relataram que em 20 de agosto de 2015 foi apresentado a descrição do orçamento para a Secretaria de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, sendo que para a rede privada socioassistencial colocaram o valor de R\$ 300.000,00 para as três entidades, porém os conselheiros explicaram que já não houve a concordância na deliberação pelo Conselho neste valor, e sim que se mantivesse os mesmos valores para previsão orçamentária para o ano de 2016, conforme ata de nº 183. A senhora Selma da Secretaria de Administração esclareceu que a nova proposta foi estudada juntamente com a contabilidade, sendo que o município está passando por dificuldades, inclusive realizando pagamento de dívidas de gestões anteriores, por isso a redução de 35% para cada entidade. O vereador Nazareno levantou várias situações referente a situação em que o município se encontra, inclusive do que trata a arrecadação, sendo que teve um aumento de 3.3%. Relatou que a explicação pela representante da administração não era coerente com a realidade do município, este apresentou uma série de documentos comprobatórios naquele momento. A senhora Elizabeth explanou a importância dos serviços das entidades, sendo que vem suprir as necessidades que o Estado não disponibiliza tendo importância significativa no que trata da política da criança e do adolescente, idosos e pessoas com deficiência, mas que tem que se adequar ao modelo fornecido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e as deliberações do Conselho Nacional de Assistencial, que não é somente a rede pública que tem que se adequar, mas a entidades privadas socioassistenciais também tem o dever de se adequarem. A secretária executiva Josiane explanou que é importante que o executivo no momento que for realizar orçamentos para as políticas públicas do município, este priorize a questão do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que criança e adolescente é prioridade absoluta, e não somente prioridade. Ressaltou que evitariam muitos conflitos referentes a estas políticas se priorizassem o que está previsto na Constituição Federal de 1988 e Lei Federal nº 8.069/1990. A reunião foi bastante polêmica, porém foi decidido adiar para fevereiro de 2016, ressaltado pelo conselheiro padre Eduardo que a previsão orçamentária referente às entidades privadas para o ano de 2016 já havia sido deliberada pelo

Conselho em agosto de 2015. Todos concordaram em não deliberar novamente algo que já foi deliberado, mas que a discussão permaneceria para o fevereiro de 2016. E, nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada esta reunião. E, para constar, foi lavrada esta ata, que após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.